SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

# Jornal do Judiciário

Filiado à Conlutas

*Quarta-feira, 11 de fevereiro de 2009 - Número 337 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833*

# Assembléia na Barra Funda, dia 18/02, organiza retomada da luta pela Carreira, redução da jornada e passivos

Sintrajud realizará assembléias em todos os tribunais para discutir esses temas e definir calendário de mobilizações

**Páginas centrais**



Jesus Carlos

## Servidores debatem assédio moral em encontro do Cone Sul **Página 7**



AD

## Processo dos Quintos aguarda julgamento na 5ª Turma do TRF **Página 6**

*Sintrajud obteve vitória em primeira instância e exige pagamento para todos*

## Em defesa do emprego e salário, Conlutas realiza ato em frente à Fiesp nesta quinta, às 14h. Página 8



*Opinião do Sintrajud*

# O papel do Sindicato

Este ano os servidores terão enormes desafios pela frente e precisam de um sindicato cada vez mais forte e independente para que seus direitos, duramente conquistados, sejam garantidos. O Sindicato é o legítimo representante de sua classe.

Diferente de uma associação que só pode representar seus associados, o sindicato fala em nome de toda categoria e representa os interesses de todos nas negociações com as administrações e governo, por exemplo.

As greves que fizeram aprovar os três PCS´s anteriores e as mobilizações por questões cotidianas do local de trabalho não foram conduzidas por associações, mas, sim, pelo sindicato, que tem essa prerrogativa.

No final do ano passado, nós, servidores, recebemos a última parcela do PCS3. E pensar que no início da luta muitos não acreditavam que seria possível conquista-lo, que o governo jamais aprovaria o nosso projeto. Que aquilo era loucura. Que a direção do Sindicato precisava ser mais razoável, que fizesse um projeto mais modesto e com maiores possibilidades de ser aprovado.

Não foi nada fácil. Mas graças à direção do Sindicato e um grande número de servidores que acreditaram, apoiaram e ousaram ir à luta, conseguimos vencer e hoje o PCS3 é totalmente real.

Agora um dos principais desafios para este ano é a aprovação do Plano de Carreira do Judiciário. Essa é uma luta que já está em curso. Nós patrocinamos e participamos de debates em São Paulo, Brasília e em vários estados buscando a elaboração de um projeto que atenda os anseios de toda categoria. Entre eles correção salarial, fim das terceirizações, combate ao assédio moral, paridade entre ativos e aposentados e outros.

Sabemos que o cenário que se apresenta não é nada animador: uma tremenda crise financeira internacional, que já está servindo de desculpa para o governo descumprir uma série de acordos salariais já fechados antes da crise. Mas em momentos de desafios como esse não cabe medo, não cabe apatia. Ao contrário, esse momento exige ousadia, unidade e luta.

> Esse momento exige ousadia, unidade e luta.

Um sindicato forte e atuante é a garantia de novas conquistas e a preservação dos direitos já conquistados.

Por isso, fique forte. Sindicalize-se.

IMAGEM — JOÃO CLARA / AG. O GLOBO



*A chuva do último sábado evidenciou falta de estrutura em São Paulo, inclusive nos bairros nobres como o de Perdizes.*

# Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

# Saúde Pública

*Pedro Cardoso*

Não é de hoje que a denominada saúde pública anda mal. Há um descaso generalizado e apenas alguns hospitais são referências, como o das Clínicas em São Paulo, mas que não consegue atender à demanda, dada a intensa procura.

Em certos períodos alguns episódios se agravam. São hipertensos que morrem em filas; são jogadores que morrem por falta de aparelho em campo. São postos sem médicos; são hospitais sem leitos. Repete-se mais esse drama eterno, sem solução e sem melhoria. Ninguém poderia já ter esquecido a interferência do governo federal no estado do Rio de Janeiro há pouco tempo, que não trouxe melhoria nem resultado positivo algum; apenas surtiu como propaganda oficial e escancarou em rede nacional o que todo brasileiro já conhece no dia-a-dia em qualquer unidade pública de saúde.

Existem ainda as denúncias constantes de desvio de verba e aí talvez esteja o xis da tragédia. Nenhuma apuração séria que chegue à punição de algum criminoso que aumenta seu patrimônio em detrimento de vidas de pessoas humildes. As licitações superfaturadas são a maneira mais comum de corrupção.

Outra atenção que as autoridades deveriam ter seria sobre eventual uso de aparelhos públicos por médicos que trabalhem em consultórios particulares. Existem clínicas que cobram por exames bem abaixo do preço de mercado. A atenção deve centralizar-se na possibilidade de profissionais cobrarem barato em seus consultórios por utilizarem laboratórios públicos para a realização desses exames. A máxima da impossibilidade de assoviar e chupar cana ao mesmo tempo deveria ser aplicada à medicina. Ou o médico trabalharia no setor público ou no privado. Jamais em ambos ao mesmo tempo.

Sobram sugestões de todo tipo de especialista de como melhorar a saúde. Mas a informatização deve ser imediata, para que meras consultas sejam marcadas pela internet, resultados sejam retirados pela rede. Ao menos as longas horas em filas intermináveis seriam evitadas. Criar grupo de avaliação de qualidade para desburocratizar e racionalizar o atendimento, além de investimento maciço de todos os governos brasileiros em prevenção.

**Pedro Cardoso da Costa é servidor da Justiça Eleitoral em São Paulo**

**IDÉIAS** - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.




## *Frases*

De Hoje:

**“Não queria, resisti, mas acho que é importante a minha candidatura num momento como este, em que há uma crise mundial”**

**José Sarney**, afirmando, na maior cara-de-pau, que não queria ser presidente do Senado.

**“Não poderíamos recrutar uma força grande o suficiente para evitar esse risco. Teríamos de ter tantos soldados quanto mulheres bonitas. Não acho que conseguiríamos”**

**Silvio Berlusconi**, primeiro ministro da Itália soltou essa “pérola” numa declaração sobre como conter o aumento recente dos casos de estupro.

**“Eu estou condenado? É tráfico de drogas, eu matei, eu roubei? Relativo ao processo não tem nada. Eu já paguei.”**

**Edmar Moreira**, ex-corregedor da Câmara que recolhia o INSS dos seus funcionários, mas não repassava à União. Só para lembrar o Corregedor é aquele a quem compete corrigir erros e coibir abusos de seus pares e da Câmara.

De Ontem:

**“Nunca existiu uma grande inteligência sem uma veia de loucura”**

**Aristóteles**, filósofo grego

Condições de Trabalho

# Sintrajud reivindica melhorias no almoxarifado do TRE

*Problemas do almoxarifado são levados à reunião com auditor do trabalho e representantes do TRE na DRT. Sindicato cobrou soluções*

POR CARLOS EDUARDO

Na tarde de segunda-feira 26, o Sintrajud e representantes do TRE discutiram as condições de trabalho do almoxarifado do tribunal na Al. Nothmann. A reunião aconteceu na Delegacia Regional do Trabalho e foi mediada pelo auditor do trabalho Leonídeo Ribeiro.

Nas mais de cinco horas de reunião, o Sintrajud apresentou algumas reivindicações em relação às condições do prédio. O diretor do Sintrajud e servidor do TRE Cláudio Soares disse que a intenção do Sindicato é lutar para resolver as condições do prédio que afetam a saúde do trabalhador, e não somente lutar pelo pagamento de adicionais.

Além do diretor, a servidora Anna Cássia Passareli e a advogada do Sindicato Eliana Villela estiveram na reunião.

Entre as reivindicações, o Sintrajud cobrou a eliminação dos materiais inflamáveis ou a substituição por outros não inflamáveis, com a mesma finalidade. Além disso, o Sindicato reivindicou a formação de uma comissão paritária para debater, permanentemente, as condições de segurança no trabalho.

Por determinação do Ministério do Trabalho, o TRE tem que apresentar ao Sintrajud a certificação das embalagens. Além disso, o tribunal deve comprovar que a sala de inflamáveis tem capacidade de confinamento de fogo segundo a legislação vigente; sem a certificação e a comprovação, o pagamento do adicional de periculosidade se torna obrigatório a todos os trabalhadores do prédio.

Durante a reunião, o auditor do trabalho, Leonídeo Ribeiro, disse que o adicional de periculosidade é devido a todos os servidores que trabalharam no local de maio de 2004 a maio de 2006, antes da reforma, finalizada em maio de 2007.

O Sindicato também cobrou o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), sem o qual o prédio não poderia funcionar. Segundo o TRE, o corpo de bombeiros não liberou o prédio para funcionar porque alguns itens não estavam em conformidade com as normas de segurança, porém eles estão sendo resolvidos e em 30 dias ficarão prontos. O galpão continua funcionando mesmo sem autorização.

Na opinião do diretor do Sintrajud Cláudio Soares a reunião foi proveitosa, pois deixou claro aos representantes do TRE a posição do Sindicato em relação às condições que ainda existem. "Como o auditor concordou conosco na maior parte dos nossos pedidos, nossas reivindicações ganharam mais força", afirmou.

Segundo Cláudio as melhorias no prédio são evidentes, "mas um dos pontos centrais, que é a presença de inflamáveis, ainda não foi resolvido. O tribunal tem que reconhecer que as condições de trabalho precisam ser melhoradas".



Jesus Carlos

*O galpão funciona sem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros*

**Jornal do Judiciário**

**Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo**

**Sede:** Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672

**Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Bernardo Rivera **Tiragem:** 13.000

**DIRETORIA:** Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

## AGENDA

VAI ACONTECER

10 e 12 DE FEVEREIRO

- Reunião da Comissão Interdisciplinar sobre Plano de Carreira no Judiciário, em Brasília

11 DE FEVEREIRO

- Reunião do Coletivo de Saúde, às 19h30, no Sintrajud

12 DE FEVEREIRO

- Manifestação da Conlutas em defesa do emprego, salários e direitos, às 14 horas, em frente à Fiesp, na Avenida Paulista

18 DE FEVEREIRO

- Assembléia no TRT, às 13h. Pauta: quintos, carreira, jornada de 6 horas e resolução 53.
- Reunião especial do Núcleo de Aposentados, às 15h no Sintrajud.

13 e 14 DE MARÇO

- XV Encontro Nacional do Coletivo Jurídico da Fenajufe, em Brasília.

20 e 21 DE MARÇO

- Encontro Nacional dos Aposentados e Assuntos de aposentadoria, em Brasília.

ACONTECEU

27 a 1º DE FEVEREIRO

- Fórum Social Mundial, em Belém

24 DE JANEIRO

- Ato em defesa do emprego e direitos, em São José dos Campos

6 Horas

# Servidores do TRT realizarão assembléia dia 18 para debater a redução da jornada de trabalho

*O pagamento dos passivos, a resolução 53 e o Plano de Carreira também estão na pauta*

POR CARLOS EDUARDO

Na quarta-feira, dia 18, tem assembléia no auditório do TRT Barra Funda, às 13h. Um dos pontos de pauta será a redução da jornada para 6 horas, sem a redução de salário.

Na opinião da diretora do Sintrajud e servidora do TRT Leica Silva, num momento de crise econômica, com as fábricas demitindo em massa, a redução da jornada deveria ganhar mais espaço na sociedade. "Este é um momento importante para se pensar na redução de jornada sem a redução de salário, pois a evolução tecnológica permite a redução da jornada sem a diminuição da produção e isso irá criar novos postos de trabalho", afirmou.

Esta também é a posição do Dieese, que em nota técnica afirma que a redução é um dos instrumentos para a geração de novos postos de trabalho e a conseqüente redução das altas taxas de desemprego.

Por outro lado, a jornada de trabalho brasileira aumenta por conta das horas extras, chegando a ser uma das maiores do mundo. No judiciário, embora exista um limite para elas, a sua realização varia em cada tribunal e nas diferentes secretarias. "No geral, há um acúmulo de serviço, e o tribunal acaba incentivando a realização de horas extras. Quando o servidor vai além das oito diárias acaba pagando com a saúde por um problema estrutural do tribunal", contou a servidora do TRT Lílian Martins.

**Cresce número de doenças**

Para o Dieese, em função das jornadas extensas e intensas, os trabalhadores estão ficando cada vez mais estressados, deprimidos e com lesões por esforços repetitivos. Não é para menos que muitos servidores estão afastados do trabalho por transtornos mentais e distúrbios comportamentais.

Segundo eica, além dos cursos fora do horário de trabalho, muitos servidores acabam trabalhando fora do tribunal, e chegam a desenvolver programas de computador para tentar buscar soluções para a alta demanda processual. "Na medida em que o servidor faz isso, ele acaba tirando da administração a responsabilidade por uma boa condição de trabalho", afirmou.

Para Leica, junto à redução da jornada, novos servidores precisam ser contratados e esta é uma das reivindicações do Sintrajud junto aos parlamentares e às administrações dos tribunais.

Além de todo o trabalho que o Sintrajud e a Fenajufe vêm fazendo ao longo dos anos pela contratação de novos servidores, uma comissão de concursados está pressionando o congresso nacional para aprovar os PLs 3885/08 e 4942/01, que, caso aprovados, determinarão a contratação de 700 analistas, 280 técnicos e 30 juízes.

Segundo Carlos Benedito Vieira Micelli, um dos representantes da Comissão Representativa da Mobilização para Aprovação dos PLs (Crempa) em São Paulo, que também têm representantes em Brasília, a mobilização surgiu quando saiu o resultado do último concurso do TRT e começou pela internet. "No abaixo assinado (virtual e real) já conseguimos mais de 6 mil assinaturas e a partir de agora vamos procurar os líderes dos partidos para nos apoiar no dia da votação", afirmou. O abaixo-assinado pode ser acessado pela internet: http://pl3885.blogspot.com/.

# Crise econômica aumentará volume processual

*Dados do TRT 15ª já indicam aumento na procura pela justiça do trabalho. Para sindicalista a procura aumentará*

Com as demissões e reduções de direitos e salários, a procura pela justiça trabalhista começa a aumentar. Esta tendência já pode ser sentida por tribunais e sindicatos.

Segundo a assessoria de imprensa do TRT da 15ª região, já no último trimestre de 2008 foi registrado um aumento de 11,14% na demanda processual em relação ao mesmo período de 2007. Entre outubro e dezembro, foram registrados 56.621 processos em toda a 1ª instância da 15ª, ante 50.944 nos últimos três meses de 2007.

Contudo, essa situação tende a piorar na opinião do trabalhador da cervejaria Kaiser e diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de São José dos Campos (SP) Valter José dos Santos: "Naturalmente os trabalhadores irão à justiça reivindicar aquilo que é deles e que foi retirado pelos patrões", afirmou. O diretor também considera que os sindicatos deveriam organizar a luta dos trabalhadores para enfrentar a crise, ao invés de assinar acordos reduzindo salários e direitos.

Para os servidores, a conseqüência será o aumento da já enorme movimentação processual.

Em um estudo de outubro de 2008, o Departamento Econômico do Sintrajud indicava que no TRT da 2ª região a média de processos por servidor era 53,12% maior do que a média nacional. Na referida região a média era de 110,37 processos por servidor, enquanto nacionalmente a média era de 72,08 processos.

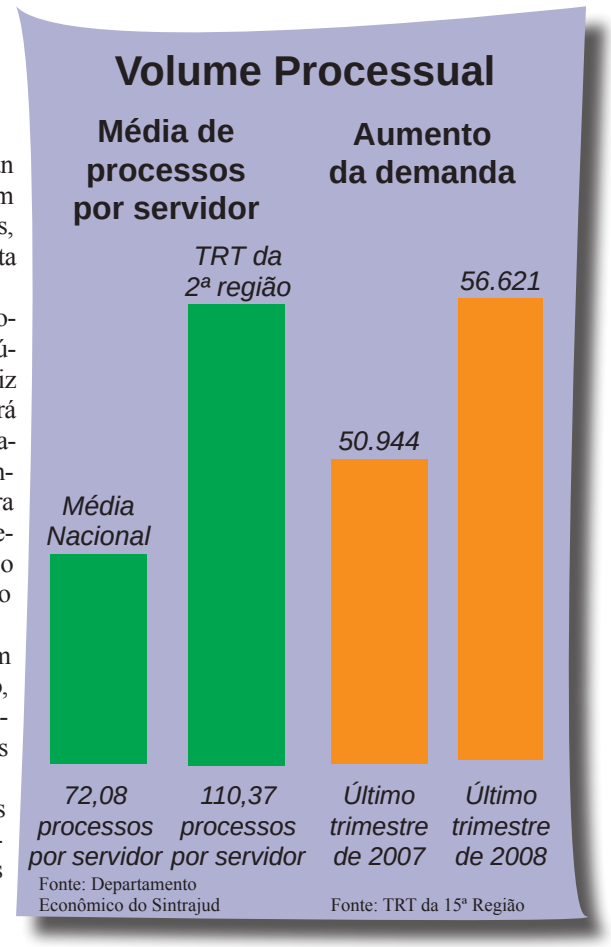
O impacto desse volume processual na vida dos servidores é muito grande. Eles muitas vezes sentem-se impotentes diante das incontáveis pilhas de processos. "Você se sente pequeno diante daquilo, pois não consegue resolver o problema", contou a servidora do Fórum Barra Funda Lílian Martins.

Com nove anos de serviço público, Lílian diz que faltam servidores para dar conta dessa carga de trabalho. "Em muitos casos atendemos pessoas no balcão que estão nervosas com a demora de uma solução para o seu caso", disse. Lílian contou que todos os servidores trabalham muito para dar conta de tantos processos, mas o problema, em sua opinião, é a falta de servidores.

Diante desse aumento do volume processual, a psicóloga especialista em saúde do trabalhador, Ana Paula Lopes diz que o desgaste mental dos servidores irá aumentar. "Para dar conta de tanto trabalho, o servidor terá que acelerar seu pensamento e isso é muito prejudicial para a sua saúde", afirmou. Dessa forma, segundo ela, o servidor começa a perder o prazer de trabalhar, de viver e começa o processo de adoecimento.

"Com o passar dos anos, vivendo em um ambiente que possibilita o adoecimento, o servidor pode começar sofrer de transtornos de ansiedade chegando a estágios mais graves como a depressão", afirmou.

Segundo a psicóloga, cerca de 50% das licenças médicas dos servidores acontece por transtornos mentais e distúrbios comportamentais.



Carreira

# Comissão diz que vai acelerar elaboração do PL sobre Carreira



*Diretor Démerson Dias apresenta proposta sobre Plano de Carreira em reunião no Fórum Pedro Lessa*

Em reunião realizada na semana passada, a comissão interdisciplinar, que discute o novo Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal, definiu que vai acelerar o processo de discussão das propostas para o novo plano e que até o final do mês de março ou início de abril deve elaborar a proposta de projeto de lei que deverá ser apresentado ao Congresso Nacional. A comissão é formada por representantes de todos os tribunais superiores, conselhos de Justiça e dois representantes dos servidores, indicados pela Fenajufe (federação nacional).

Em reunião ampliada da Fenajufe no ano passado foram aprovados 108 itens que estão sendo discutidos na comissão interdisciplinar. Nessa reunião foi criado um Grupo de Trabalho sobre Carreira da Federação Nacional da qual o Sintrajud faz parte.

**Sindicato debate Carreira desde 2004**

Quando se discutia o PCS-3, o Sintrajud já tinha uma proposta de Plano de Carreira, que foi aprovada pela categoria. Em 2008, com a reabertura das discussões sobre Carreira, o Sindicato realizou diversas atividades para debater o tema, como o Fórum sobre Carreira e assembléias nos locais de trabalho. Uma assessoria especializada foi contratada para apoiar a elaboração, revisar e ampliar a proposta de 2004.

Com a proposta de São Paulo discutida e aprovada pela categoria, o Sintrajud levou para outros estados as diretrizes que nortearam a discussão, assim como apresentou a proposta nos encontros nacionais sobre Carreira. De acordo com o diretor do Sindicato Démerson Dias, "o Sintrajud reafirmou seu firme propósito de garantir da forma mais democrática possível o debate na categoria sobre o Plano de Carreira e alerta que, mais uma vez, não serão articulações clandestinas e/ou de bastidores que irão garantir a aprovação das nossas propostas, mas a capacidade de organização e mobilização da categoria".

**PCSs foram conquistados com mobilização**

A história de todos os PCSs mostra que eles foram fruto de mobilizações da categoria. "Conquistar a lei não se trata de mérito exclusivo nosso, mas do empenho de toda a categoria em nível nacional", afirma Démerson. A diretora do Sintrajud Leica Silva concorda e diz que para além da participação no GT, que elabora o projeto de lei, a mobilização só pode parar após a aprovação.

**Carreira, mais que um novo PCS**

Depois de três PCSs, é hora de avançar na Carreira, uma bandeira histórica do Sintrajud. "Defendemos a elaboração de um verdadeiro plano de carreira, que valorize efetivamente o trabalhador público, com melhores condições de trabalho, relações mais justas na gestão do trabalho nos locais de trabalho, com ações que visem o fim do assédio moral, ação preventiva quanto aos danos à saúde do trabalhador, tendo sempre em vista a dignidade humana", explica Leica.

O Plano de Carreira, segundo Leica, não se restringe somente a questões financeiras. A proposta trata das funções comissionadas, da formação contínua do servidor, com fundamentação e valorização do serviço prestado à população, entre outros aspectos.

# Curtas

**Cessões ao TRE**

Em janeiro uma decisão da presidente do TRF-3, desembargadora Marli Ferreira, pegou de surpresa os servidores do TRF cedidos ao TRE. Os trabalhadores foram obrigados a se apresentar aos seus órgãos de origem de uma hora para outra. Alguns deles procuraram o Sindicato para recorrer da decisão, como, por exemplo, Silvio de Queiroz. Ele conta que o cartório eleitoral onde trabalha ficará com o quadro de servidores insuficiente e que a própria juíza solicitou a continuidade das cessões para evitar prejudicar os trabalhos no cartório. Enquanto não houve qualquer resposta ao Sindicato, a entidade recebeu informações de que não está sendo adotado o mesmo critério a todos os servidores. O Sindicato irá averiguar e exigir direitos iguais a todos.

**PEC prevê integralidade de vencimentos aos aposentados por invalidez**

Há no Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que, caso aprovada, garantirá, em alguns casos, a paridade e a integralidade dos vencimentos aos aposentados por invalidez. A PEC 270/08 já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e tramita em Regime Especial.

De acordo com o departamento jurídico do Sintrajud, muitos servidores hoje aposentados por invalidez buscam a via judicial para garantir a integralidade e a paridade. "A aprovação da PEC 270 será um avanço na luta pelos direitos de várias pessoas que foram aposentadas por invalidez decorrente de acidente do trabalho ou doenças graves", afirmou a advogada Eurides Rocha. O Departamento Jurídico atende com freqüência pessoas que chegam a ter seus rendimentos reduzidos pela metade quando são aposentadas por invalidez.

**Juiz vai responder processo por humilhar servidores**

Em 14 de janeiro, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu abrir processo administrativo disciplinar contra o juiz Wanderley Sebastião Fernandes por falta de urbanidade no trato com os servidores e afronta aos deveres do cargo.

Segundo a Corregedoria-Geral da Justiça, haveria indícios de que o magistrado humilhava funcionários, extrapolando os limites da condução da administração.

A prática do juiz Wanderley Sebastião Fernandes, que agora foi denunciada, é muito semelhante à prática de uma desembargadora bastante conhecida entre os servidores do judiciário federal em São Paulo: Marisa Santos.

Em setembro do ano passado, a partir de uma gravação, o Sintrajud denunciou a desembargadora por ela ter humilhado e ofendido vários servidores numa reunião. Na ocasião, a magistrada, aos gritos, chamou os servidores de imbecis e dizendo que eles não prestavam, entre outras ofensas.

Na opinião do diretor do Sintrajud Antônio Melquíades, o Melqui, infelizmente, os casos de assédio moral estão se tornando cada vez mais freqüentes dentro do judiciário. "Esta denúncia, mostra que não é somente no judiciário federal, mas no estadual também", disse. "A única saída para esse mal é a organização dos servidores. Um trabalhador não pode ficar calado diante de uma situação de humilhação e constrangimento, ele deve procurar apoio, principalmente junto ao sindicato", afirmou.

Passivos

# Processo dos Quintos está na 5ª turma do TRF

POR CARLOS EDUARDO

Em janeiro de 2004, o Sintrajud entrou com a ação pelo pagamento dos passivos dos Quintos e em janeiro de 2008 foi vitorioso em primeira instância. Porém, como a União recorreu, a ação aguarda o julgamento da 5ª turma, do TRF3, sob relatoria do desembargador André Nekatschalow.

O departamento jurídico do Sindicato despachou, nesta terça, dia 10, pedido de celeridade processual para o julgamento da ação, considerando a natureza das verbas envolvidas e os vários processos julgados que reconheceram o direito.

Recentemente, alguns servidores receberam os passivos dos Quintos, de uma ação ajuizada pela Anajustra, em setembro de 2004. Porém, pende sobre a ação, que não sofreu nenhum recurso por parte da Advocacia Geral da União (AGU), uma ação rescisória (nº2006.01.00.048542-0-DF).

O recebimento dos Quintos por alguns servidores fortalece a luta de todos, pois é mais um argumento para pressionar os tribunais superiores pelo pagamento imediato para todos. Vale lembrar que muitos passivos foram pagos em virtude desta pressão que os sindicatos realizam.

## Histórico dos Quintos

### 1997

O Presidente Fernando Henrique Cardoso editou a MP 1595-14 que se tornou a lei nº9527/97, a nova lei extinguia a incorporação dos Quintos das funções comissionadas e denominava a incorporação feita até o momento como Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).

### 1998

Em abril de 1998, a edição da lei nº9624 resgatou a incorporação ou a atualização dos valores devidos. Como esta situação permaneceu até setembro de 2001, quando foi editada a MP 2225-45, que restabeleceu a VPNI, gerou o débito com os servidores.

### 2002

A luta pelo pagamento dos passivos

A incorporação dos Quintos e o pagamento dos passivos é uma luta antiga dos servidores do judiciário e dos sindicatos de todo país. O Sintrajud entrou com requerimento administrativo exigindo o pagamento dos Quintos para a categoria em 2002.

### 2005

O primeiro julgamento não foi favorável aos servidores. Porém como a Fenajufe não foi intimada, mesmo sendo parte do processo, abriu-se a possibilidade de um novo julgamento. No segundo, devido a uma forte ação política, em dezembro de 2005, o TCU mudou sua posição e decidiu pelo pagamento aos servidores. “Não foi uma tarefa fácil, conseguimos reverter uma derrota em uma vitória e a partir daí todos os servidores passaram a incorporar os Quintos e receber alguns passivos”, contou Adilson Rodrigues.

O pagamento começou a ser feito já no final de 2005 e em meados de 2006, quando os tribunais superiores administrativamente reconheceram o direito à incorporação dos Quintos e iniciaram o pagamento de alguns passivos.

Desde então, os servidores e o Sintrajud sempre incluíram em suas pautas de reivindicações o pagamento completo de todos os passivos.

1997 ——— 2009

### Queremos pagamento para todos

A avaliação do Sintrajud e da Fenajufe é que a estratégia de consolidar a vitória administrativa está correta: “O fundamento das decisões judiciais hoje pacíficas tem sido exatamente o reconhecimento administrativo do direito, após vitoriosa luta da categoria, das entidades sindicais e da Fenajufe”, afirmou a coordenadora do departamento jurídico Eliana Ferreira.

Alguns servidores têm procurado o Sintrajud questionando sobre uma possível execução individual, considerando que a administração já reconheceu o débito. O sindicato não recomenda esta iniciativa, pois existem diversas interpretações acerca do período prescricional, o que poderia acarretar prejuízos. Além disso, o tempo de execução desta nova ação pode ser longo.

Porém, no caso de haver algum interessado, o departamento jurídico está à disposição para encaminhar a execução individual e tirar eventuais dúvidas.

O Sintrajud realizará assembléias nos locais de trabalho para ampliar a mobilização pelo pagamento dos passivos e retomar a luta pelas demais reivindicações da categoria

Jesus Carlos



***Adilson Rodrigues, ex-diretor do Sintrajud***

Segundo o servidor da JF de Santos e ex-diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Adilson Rodrigues: “É preciso trazer à memória que o reconhecimento da dívida por parte dos tribunais foi resultado da intervenção direta de nossas entidades de classe sobre os presidentes dos tribunais”. O servidor lembra que, na época, a Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (Anamatra) questionou no Tribunal de Contas da União (TCU) se os Quintos eram realmente devidos e o TCU era, inicialmente, contra o pagamento.

Combate ao assédio

# Assédio moral é debatido no Encontro do Cone Sul

*Trabalhadores da Argentina e Uruguai disseram que a prática também é comum em seus países. Para especialista, a causa está na organização do trabalho baseada em relações hierárquicas e não democráticas*

POR ADRIANA DELORENZO, DE BELÉM

O assédio moral foi um dos temas debatidos no Encontro dos Trabalhadores do Judiciário do Cone Sul, que ocorreu durante o Fórum Social Mundial, em Belém – PA, na quarta-feira, dia 28. O debate contou com a participação de Terezinha dos Santos Souza, professora da Universidade do Recôncavo da Bahia e Doutora em Psicologia Social. A mesa também teve a participação do coordenador da Fenajufe Cláudio Klein e de trabalhadores do Judiciário do Uruguai e da Argentina: Sergio Nuñez, representante da Associação dos Funcionários do Judiciário do Uruguai – AFJU, e Rafael Rubio, da Federação Judicial Argentina - FJA.

O encontro aconteceu no TRE do Pará, e contou com a presença de servidores de vários estados do país, inclusive de São Paulo, que revelaram como a prática de assédio moral ocorre de forma similar em todos os lugares. Para Terezinha, é preocupante que, mesmo crescente, as pessoas se acostumem com esse tipo de violência e evitem debatê-la. "O trabalho é o que nos mantêm vivos enquanto espécie humana, não podemos aceitar naturalmente que o assédio moral continue deixando pessoas doentes". A prática, segundo ela, vem aterrorizando os trabalhadores.

Na iniciativa privada, o trabalhador é demitido, no serviço público, ele muitas vezes convive com o problema por anos ou é transferido. Com a crise econômica atual, ela acredita que os casos de assédio moral no trabalho tendem a crescer. Segundo Terezinha, o assédio moral nos locais de trabalho está relacionado com o poder: "O assédio nasce na concepção de que alguém detém o poder sobre o trabalho do outro". Por isso, ela sugeriu que a forma de distribuição do poder não deveria ser arbitrária. Alguns servidores apontaram que os critérios utilizados para a distribuição das Funções Comissionadas e a falta de um plano de carreira estimulam o assédio nos locais de trabalho. A saída para o trabalhador, de acordo com Terezinha, é a organização e a solidariedade. "Em cada lugar o poder tem uma cara", disse. Para ela, a prática só acabará quando as relações de trabalho entre os seres humanos não forem baseadas na exploração.

**Resposta coletiva**

Os trabalhadores que compunham a mesa destacaram que tanto as causas do assédio, como as conseqüências para a vítima são comuns nos três países. "A problemática é praticamente igual, por isso temos que trocar nossas experiências concretas", afirmou Rafael. Ele acredita que o combate ao assédio moral nos locais de trabalho é tão importante quanto lutar por melhores salários e condições de trabalho. A busca por produtividade crescente, na opinião de Sergio, "leva o trabalhador a deixar de exercer a função social que ele deveria cumprir". Para ele, a relação de subordinação em si já é violenta e, somada ao critério da produtividade, provoca conseqüências terríveis para o trabalhador.

Klein lembrou ainda que o assédio está relacionado ao autoritarismo presente na instituição, onde não há espaço para debate. Klein destacou que os casos de assédio não podem ser encarados como questões individuais. "Quando há um colega passando por uma situação de assédio, o problema não é só dele". Ele acredita que o assédio só diminuirá se todos se solidarizarem e compara o combate às campanhas antitabagismo. "Hoje não fumamos mais em lugares públicos, o que só foi possível porque as pessoas que se incomodavam cobraram isso".



Adriana Delorenzo

*Terezinha fala sobre assédio durante Encontro*

Aposentados

# Núcleo dos Aposentados terá musicoterapia

*A atividade será no dia 18/02, às 15h, no auditório do Sindicato, e vai ocorrer uma vez por mês na reunião do Núcleo*

As reuniões semanais do Núcleo dos Aposentados do Sintrajud vão contar com uma atividade diferente. Uma vez por mês, dois musicoterapeutas vão realizar vivências através da música. De acordo com a diretora do Sintrajud e coordenadora do Núcleo, Ana Fevereiro, a proposta é que os encontros do Núcleo também sejam um espaço de interação entre os aposentados. "Além das lutas, conquistas e defesa de direitos, o Sindicato também é um espaço de convivência e trocas", diz Ana.

A atividade será coordenada pelos musicoterapeutas Luisiana Passarini e Wanderley Junior, que utilizam o Modelo Benenzon de Musicoterapia – método desenvolvido pelo argentino Rolando Benenzon, reconhecido como um dos principais nomes mundiais da musicoterapia.

As reuniões do Núcleo acontecem todas as quartas-feiras, às 15 horas, na Sede do Sintrajud (Rua Antonio de Godoy, 88 – 15º andar). A participação é aberta a todos os aposentados associados ao Sindicato. Participe!

**Atenção aposentados: na reunião do dia 18 também serão eleitos três representantes do Sintrajud para o Encontro Nacional dos Aposentados da Fenajufe, em Brasília nos dias 20 e 21 de março.**

Crise do capitalismo

# No Fórum Social, trabalhadores defendem unidade contra efeitos da crise

*Seminário promovido pela Conlutas reuniu diversas organizações combativas e apontou para unidade da luta em defesa do trabalhador*

POR ADRIANA DELORENZO, DE BELÉM

Diante da crise econômica atual, centenas de pessoas lotaram o ginásio da Universidade Estadual do Pará para defender emprego, direitos e salários no seminário "A crise econômica mundial, os desafios da classe trabalhadora e a reorganização do movimento sindical e popular". O encontro, realizado no dia 29, foi uma das atividades organizadas pela Conlutas no Fórum Social Mundial, que ocorreu em Belém do dia 27 até o dia 1º de fevereiro.

Diferentes organizações sociais e sindicais, como a Conlutas, pastorais e setores da Intersindical, participaram do encontro. Os representantes das organizações destacaram a necessidade de unificação das lutas para que o trabalhador não pague pelos efeitos da crise econômica. "Enfrentamos hoje uma crise clássica do capitalismo que vai condenar milhões ao desemprego e à miséria. Temos que construir uma organização capaz de enfrentar esses efeitos", disse Zé Maria, coordenador nacional da Conlutas.

Para superar os desafios colocados para os trabalhadores, que já vêm sofrendo com demissões em massa e flexibilização de direitos, a atividade apontou para a construção de uma frente única independente e autônoma que organize as lutas dos trabalhadores.

Para Guilherme Boulos, do MTST, a crise além da perda de direitos traz a barbárie e a violência. Ele acredita que os trabalhadores não se organizam só em sindicatos, mas também em outros movimentos. "Temos que organizar os vários setores da classe trabalhadora. Nenhuma organização sozinha será capaz de dar uma resposta para a crise", afirmou. Jorge Luis Martins, da Intersindical, lembrou que além do espaço dos movimentos populares, a organização deve garantir apoio aos estudantes: "Eles também pagam pelos efeitos da crise. Quando se formarem, os estudantes não terão onde trabalhar".

Além de demissões e perda de direitos, representantes das entidades lembraram que o trabalhador perde duas vezes. Com a crise, o Estado passa a investir menos em políticas públicas. O diretor do Sintrajud Antonio Melquíades, o Melqui, que participou do evento, destacou a importância dos servidores públicos estarem unidos. "Para dar dinheiro aos banqueiros, o governo faz cortes no serviço público", comentou.

Ao final da atividade, os trabalhadores fizeram uma passeata até a Praça do Operário, no Centro de Belém, para cobrar do governo medidas concretas em defesa do trabalhador, como, por exemplo, medidas provisórias que garantam estabilidade.

Diego Cruz




## Ato dia 12, em frente à Fiesp, protesta contra demissões

Diversas manifestações vão ocorrer em todo o país contra as demissões e corte de direitos. Em São Paulo, o ato será no dia 12, em frente à Fiesp, na Av. Paulista, às 14h.

No mesmo dia, haverá outro ato em frente à FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais). Segundo o Instituto de Pesquisa Aplicada – Ipea, em 2009 mais de 1 milhão de pessoas poderão ficar desempregadas. Os manifestantes vão reivindicar medidas de combate ao desemprego, como estabilidade e redução da jornada sem redução de salários.

Ataque ao servidor

## PEC prevê extinção do Regime Jurídico Único

*É preciso unir os servidores públicos para barrar mais esse ataque*

Tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 306/08, do deputado Eduardo Valverde (PT-RO). A proposta modifica o art. 39 da Constituição e resgata o conteúdo da EC 19/1998, do governo de FHC, que extingue o regime jurídico único na administração pública, e permite a contratação de servidores públicos pelo regime estatutário ou da CLT. De acordo com a PEC, somente servidores das carreiras típicas de Estado, como as de diplomacia e as jurídicas, devem ser contratados por regime estatutário. A PEC 306/08 foi apresentada à Câmara no dia 12 de novembro do ano passado e no dia 2 de dezembro o deputado José Genuíno (PT-SP) foi designado como relator.

A servidora do TRF e diretora do Sintrajud, Ana Luiza Figueiredo, alerta que esse projeto, junto com os outros do governo que retiram direitos dos servidores, representa um grande ataque aos servidores e ao serviço público: "Com esta emenda e os outros projetos, o governo pretende tirar a estabilidade do servidor e repassar a eles o que os trabalhadores do setor privado já estão sofrendo sem direitos trabalhistas e com demissões". Para ela, diante dos ataques e da crise econômica que está sendo usada como pretexto para demitir trabalhadores em massa, é hora de organizar lutas conjuntas. "Os sindicatos de base e a Federação devem atuar junto com outras entidades sindicais do serviço público para barrar a aprovação deste projeto e defender direitos", afirmou.

**Veja outros projetos do governo contra os direitos dos servidores que tramitam na Câmara:**

PLP 01/2007 – Congela os salários dos servidores por dez anos.
PL 4.497/2001 – Limita o direito de greve dos servidores públicos.
PL 248/1998 – Permite demitir o servidor que tenha "desempenho" considerado insuficiente.
PEC 12/2006 – Institucionaliza o calote no pagamento de precatório, além de retirar o caráter alimentar dos precatórios dos servidores.
PLP 92/2007 – Cria fundações privadas para gerenciar serviços públicos. As contratações passariam a ser via CLT e pelas fundações.
PL 1.992/2007 – Prevê o fim da aposentadoria integral e paritária para os novos servidores. Cria a previdência complementar, através de fundos de pensões no serviço público.